

Gestão e Fiscalização de Contratos de Compras e Serviços (com e sem alocação de mão de obra): novas regras, novos desafios!

1. Apresentação do Curso:

A evolução do marco regulatório das contratações públicas impõe novos desafios aos gestores e fiscais de contratos. Com a coexistência de diferentes normativos – Lei 8.666/1993, Lei 14.133/2021 e Lei 13.303/2016 – é essencial que os profissionais da administração pública estejam preparados para atuar com segurança e eficiência na gestão e fiscalização de contratos de compras e serviços.

Este curso oferece uma abordagem aprofundada e prática sobre as principais regras que regem os contratos administrativos, trazendo as mais recentes interpretações dos Tribunais de Contas e Órgãos de Controle, além das melhores práticas extraídas dos regulamentos mais atualizados sobre licitações e contratos.

Destaques do curso:

- Diferenças e particularidades dos contratos sob as Leis 8.666/1993, 14.133/2021 e 13.303/2016;
- Diretrizes para fiscalização de contratos com e sem alocação de mão de obra;
- Impactos das novas regras e desafios na execução contratual;
- Análises de casos e jurisprudências dos Tribunais de Contas;
- Boas práticas e recomendações para mitigação de riscos;
- Oficina prática: Fiscalização das obrigações trabalhistas – contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.

2. Público-alvo:

Servidores que atuam na área de Licitações e Contratos Administrativos, Procuradores e Controladores. Demais servidores que atuam em todas as fases do metaprocessamento de contratação.

3. Objetivo:

Fornecer fundamentação teórica e prática para que os agentes públicos utilizem com segurança a Lei nº 14.133/2021, em especial sua fase de execução contratual (da elaboração do contrato até a sua execução). Realizar oficina específica para os contratos com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra, em especial quanto aos aspectos administrativos da contratação e recentes alterações nos recolhimentos das verbas previdenciárias e do FGTS.

4. Conteúdo Programático:

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE COMPRAS E SERVIÇOS

1. Introdução

- A aquisição como um processo de trabalho
- Principais falhas do processo de aquisição
- A nova lei de licitações - será a solução dos problemas?
- A inevitável governança das contratações
- Objetivos das contratações públicas na NLLC
- O papel da fiscalização na nova Lei
- O papel da assessoria jurídica na nova Lei e os riscos da fase da execução contratual

2. Contratos Administrativos

- Contratos Administrativos no contexto da Nova Lei nº 14.133/21
- Regime jurídico dos contratos administrativos
 - Da formalização dos contratos
 - Cláusulas obrigatórias
 - o objeto e seus elementos característicos;
 - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
 - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
 - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
 - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os

critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

- os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- a matriz de risco, quando for o caso;
- o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
- os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
- as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

- o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
- os casos de extinção.
- Divulgação dos contratos
- Substituição do instrumento de contrato
- Das garantias
 - Tipos
 - Modalidades
 - A que se presta
 - Percentuais
 - Nova sistemática da Lei 14.133/2021 - anualidade
 - Questões relevantes sobre o seguro-garantia
 - Disciplina
 - Prazo para entrega e assinatura do contrato
 - Análise
 - Condições
 - Validade
 - Percentual
 - Consulta regularidade de apólice de seguro-garantia - Susep
 - Atenção para a cobertura adicional - AÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS
 - Atenção para a cláusula de EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO
 - Garantia contratual com cláusula de retomada
 - Garantias e o PNCP
- Da alocação de riscos
- Da duração dos contratos

3. Da execução dos contratos

- Vinculação a princípios gerais e específicos
- Cláusula de fiel execução e a prerrogativa de alteração unilateral
- Impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato
- Aviso público de obra paralisada

4. Fiscalização da execução do objeto contratual

- Os agentes do artigo 117 da NLLC
- Requisitos para a designação

- Atribuições do fiscal
- Registro de ocorrências
- Medidas que excedem as atribuições do fiscal
- Contratação de terceiros em apoio técnico à atuação do fiscal
- Instrumentos operacionais de fiscalização
- A figura do gestor e suas atribuições
- Diálogo com o representante da contratada
- O auxílio pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração
- O preposto e seus poderes

5. Responsabilidades do contratado, do gestor e do fiscal do contrato

- Responsabilidades na Lei nº 14.133/2021
- Responsabilidades pelos encargos trabalhistas
- Responsabilidades pelos encargos previdenciários
- Responsabilidades pelos encargos fiscais
- Responsabilidades pelos encargos comerciais
- Acórdãos TCU sobre responsabilização dos agentes responsáveis pela fiscalização

6. Do recebimento do objeto na nova lei de licitações e contratos

- Compras: a simples entrega e o efetivo recebimento
- Do recebimento provisório: obras e serviços
- Do recebimento definitivo: obras e serviços
- Do recebimento provisório: compras
- Do recebimento definitivo: compras
- Dever de estipulação dos prazos e métodos
- Responsabilidade do projetista consultor
- O recebimento definitivo e os vícios do objeto
- Modelos de recebimento - (MODELOS SUGERIDOS)

7. Do pagamento na nova lei de licitações e contratos

- As Leis nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021 e a ordem cronológica
- O pagamento em caso de controvérsia quanto à execução do objeto
- A remuneração variável na Lei nº 14.133/2021
- O pagamento antecipado na Lei nº 14.133/2021
- Da (IM)possibilidade de retenção de pagamento dos serviços executados ou fornecimentos realizados

8. Alterações contratuais na nova lei de licitações e contratos

- Questões relevantes
- Alteração contratual unilateral
- Alteração por acordo entre as partes
- O “valor inicial atualizado do contrato”
- Regras para aplicação dos acréscimos e supressões
- Alteração contratual e ausência de preço unitário para obras ou serviços: o que fazer?
- A supressão contratual e o material já adquirido pelo contratado
- Restabelecimento total ou parcial de quantitativo de item: Orientação Normativa AGU nº 50 - nova redação (Portaria AGU nº 140, de 26.04.2021)
- Equilíbrio econômico financeiro dos contratos: os três “erres” para você nunca mais errar: Revisão, Reajuste e Repactuação
- Extinção do contrato e restabelecimento do equilíbrio econômico
- Execução contratual e a antecipação dos efeitos do contrato: situação complexa que envolve cuidados

9. Do processo administrativo sancionador nas Leis nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021 - o que muda?

- Requisitos para aplicação de penalidades
 - Lei 8.666/1993
 - Lei 10.520/2022
 - Lei 14.133/2021
- Da advertência
- Da multa
- Do impedimento de licitar e contratar
- Da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
- Da condução do processo por comissão

10. Da extinção contratual

- Formas de extinção contratual
- Culpa exclusiva da administração
- Consequências da extinção por ato unilateral da administração
- O contratado e o direito subjetivo à extinção do contrato
- Inaplicabilidade da extinção contratual

11. Da nulidade dos contratos

- Lei 8.666/1993 e Lei 14.133/2021: o que mudou?
- Requisitos para a anulação de ato ou contrato
- Efeitos da anulação

OFICINA: Fiscalização das obrigações trabalhistas - contratos com dedicação exclusiva de mão de obra

- Terceirização na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos
 - Atividades terceirizáveis
 - Vedações
 - O mesmo serviço pode ser realizado por mais de uma empresa?
- Documentos essenciais na Lei nº 14.133/2021
 - A quem compete a conferência da documentação?
 - Porque fiscalizar adequadamente a documentação apresentada?
 - A regularidade fiscal, com o FGTS e trabalhista da contratada seriam suficientes para afastar qualquer responsabilidade da Administração?
 - Qual foi o tratamento dado pela Lei nº 14.133/2021?
- Práticas recomendadas para minimizar os riscos da subsidiariedade advinda da súmula 331 do TST a serem incluídas em edital e contrato
- Conta depósito vinculada e pagamento pelo fato gerador: como escolher, principais regras, como otimizar o acompanhamento e o levantamento.
- Conferência da documentação na prática
 - No primeiro mês da prestação dos serviços
 - Quando solicitado pela Administração
 - Quando da extinção ou rescisão do contrato
 - Quando da admissão de novos empregados
 - Quando da demissão do empregado
- Declarações e certidões (emissões, conferência da autenticidade)
- Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

- Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços de qualquer empregado;
- Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;
- Férias - análise e acompanhamento;
- Décimo terceiro salário: conceito; forma de apuração do 13º; pagamento da primeira e segunda parcelas;
- DCTFweb - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos;
- Entrega da GFIP/SEFIP via protocolo de envio de arquivos da conectividade social;
- Recolhimento do FGTS.

5. Sobre o Professor:

LINDINEIDE CARDOSO



- Bacharel em Direito, servidora pública há mais de 20 anos;
- Professora e instrutora em licitações e contratos;
- Especialista em Licitações e Contratos e em Direito Processual Civil, com habilitação para o Magistério Superior na área do Direito;

- Ex-empregada pública da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf;
- Servidora pública de carreira da Justiça Eleitoral;
- Membro do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas – IDAA;
- Membro do Comitê de Governança das Contratações da Rede GovernançaBrasil – RGB;
- Vasta experiência em Direito Administrativo, com ênfase na fase da Execução Contratual, notadamente em Gestão e Fiscalização de Contratos;
- Palestrante, escritora e instrutora;
- Colunista do portal Sollicita, na coluna Loucas por Licitações;
- Ex-Chefe da Seção de Gestão de Contratos - SEGEC, do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas;
- Ministrante de cursos e palestras, virtuais e presenciais, para servidores de Institutos Federais de Educação, Universidades Estaduais e Federais, Prefeituras e Câmaras Municipais, Conselhos Federais, TRF, TRT, CNJ e Estatais;
- Professora da Pós-Graduação em Direito Municipal e em Licitações e Contratos do Centro Universitário Cesmac;
- Colaboradora das obras Direito Administrativo e Novas Tecnologias (Juruá, 2023), Direito Administrativo Municipal (Juruá, 2022) e Novo Direito das Licitações e Contratos Administrativos (Juruá, 2021);
- Autora do livro Contratos Administrativos na Nova Lei de Licitações - Teoria e Prática - Editora Juspodivm;

6. Datas e Horários:

Data: 06 e 07 de Novembro de 2025

Duração: 02 dias

Carga Horária: 16 horas

Horários:

Dia 06/11/25:

Manhã: 4 horas (8h às 12h) - Tarde: 4 horas (13h às 17h)

Dia 07/11/25:

Manhã: 4 horas (8h às 12h) - Tarde: 4 horas (13h às 17h)

7. Local:

Local: ALAMEDA VITÓRIA HOTEL

Endereço: Av. Dante Michelini, 585, Jardim da Penha, Vitória/ES - 29.060-235

*Para hospedagem no hotel onde o curso será ministrado, clique no link abaixo e identifique-se como aluno DPCC para realizar a reserva.

Link para reservar hospedagem: <https://wa.me/message/2AAO323IT2SYO1>

8. Investimento:

R\$ 3.150,00 (incluindo certificado de conclusão, mochila executiva, material didático, kit do aluno, coffee-break e almoço).

9. Formas de pagamento:

O pagamento poderá ser realizado por meio de transferência bancária para as seguintes contas:

- Banco Inter: 077 | Agência: 0001 | C/C: 40190143-2 (chave pix: contato@dpcc.com.br – e-mail);

10. Informações para emissão da Nota de Empenho:

DPCC – Cursos e Treinamentos Ltda


CNPJ: 12.639.832/0001-31

Praça Presidente Getúlio Vargas, 35, Ed. Jusmar, Sala 906 – Centro – Vitória/ES - CEP: 29.010-350.

MAIS INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

www.dpcc.com.br

contato@dpcc.com.br

(27) 99204-0950 

(27) 3376-6888 